



Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais

**526ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO  
CONSELHO ESTADUAL DE  
SAÚDE DE  
MINAS GERAIS.**

**16 de março de 2018.**

**Belo Horizonte  
MARÇO/2018**

1 **ATA DA 526ª REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DE**  
2 **MINAS GERAIS 19 DE MARÇO DE 2018. AUDITÓRIO SUPRAM/MG DA RUA RIO**  
3 **DE JANEIRO, 495, 4º ANDAR, BAIRRO CENTRO - BH/MG**

4 Aos dezenove dias do mês de março o de dois mil e dezoito das 14 às 18h00, no  
5 auditório da SRS/BH, situado à Rua Rio Espírito Santo, 495, 15º andar, bairro Centro  
6 - BH/MG foi realizada a quingentésima vigésima sexta reunião ordinária do CESMG  
7 com os seguintes pontos de pautas: 1. **14h00 - Abertura e verificação do número**  
8 **de presentes;** 2. 14h05 - **Leitura do expediente, comunicações,**  
9 **requerimentos, moções, indicações e proposições; discussão e deliberação**  
10 **plenárias sobre as matérias, em pauta;** 3. 14h15 - **Informes da Mesa Diretora,**  
11 **Informes das Conselheiras e dos Conselheiros e Mesa de Negociação do SUS,**  
12 **Informes da CIB/SUS-MG.** 4. 14h30 – **Política Estadual de Saúde Mental;** 5.  
13 **16h30 - Aprovação das atas da 510ª Reunião Ordinária (14/03/2017), 525ª**  
14 **Reunião Ordinária (19/02/2018); 95ª Reunião Extraordinária 26/02/2018;** 6.  
15 **17h00 – Discussão e deliberação sobre a participação do Conselho Estadual de**  
16 **Saúde de Minas na 21ª. PLENÁRIA NACIONAL DE CONSELHOS DE SAÚDE,**  
17 **ENTIDADES E MOVIMENTOS SOCIAIS E POPULARES, a ser realizado em**  
18 **Brasília nos dias 04 e 05 de abril de 2018;** 7. 17h40 – **Retirada de um**  
19 **representante de usuário e um representante de trabalhador para participar da**  
20 **Oficina DIESAT/MG que acontecerá nos dias 11 e 12 de abril de 2018, em Belo**  
21 **Horizonte;** 8. 17h45 – **Retirada de representantes do segmento de usuários**  
22 **(titular e suplente) para representar o CESMG no Comitê de Ética em Pesquisa**  
23 **do Instituto de Previdência do Estado de Minas Gerais - CEP/IPSEMG, conforme**  
24 **requerimento apresentado ao CESMG pela coordenação do CONEP/IPSEMG, em**  
25 **14/03/2018;** 9. **18h00 – Encerramento.** A reunião iniciou com a composição da  
26 Mesa com as presenças de Ederson Alves da Silva (vice-presidente –usuário  
27 CUT/MG), Lourdes Aparecida Machado (Secretária Geral – trabalhadora – CRP/MG),  
28 Gislene Gonçalves dos Reis (2ª Secretária – usuária- CMP/MG), Camila Moreira (3ª  
29 Secretária – gestora –SEDECTES/SES) Maria Nazaré Anjo dos Santos (1ª Diretora de  
30 Comunicação – usuária FADEMG), Lisandro Carvalho (gestor-SESMG). Ederson fez  
31 a leitura do expediente lembrando que os informes da Mesa Diretora estão descritos  
32 junto ao documento edital, que os conselheiros receberam no ato da assinatura do  
33 livro de presença. Logo em seguida foi realizado pelo Plenário um minuto de silêncio  
34 em virtude do assassinato da vereadora Mariele Franco, assassinada no Rio de  
35 Janeiro, no último dia 14/02/2018. O vice presidente solicitou ao Plenário aprovação  
36 da inversão de pauta, para discutirem sobre a **“Política Estadual de Saúde Mental”**  
37 em respeito aos convidados da mesa que já encontravam-se presentes. A proposta foi  
38 aprovada pela plenária. Assim O vice-presidente convida para compor a mesa,  
39 conforme solicitação de presença enviada via ofício às instituições, os representantes  
40 do: Fórum Mineiro de Saúde Mental (marcou presença na mesa de debates),  
41 Procurador da República em MG (marcou presença na mesa de debates); Bruno  
42 Alexander Vieira Soares (Promotor Instancia Especial 19ª PJ Defesa da Saúde -  
43 marcou presença na mesa de debates); Frente Direitos Humanos SES/MG (marcou  
44 presença na mesa de debates); CMSBH, Frente Mineira Sobre Drogas e Direitos  
45 Humanos; Fórum Mineiro Contra Privatização do SUS (marcou presença na mesa de  
46 debates); Secretário Estadual de Saúde de Minas Gerais (foi representado pelo chefe  
47 de gabinete na mesa de debates); Diretoria de Redes Assistenciais da SESMG (marcou  
48 presença na mesa de debates); Diretoria de Saúde Mental da SESMG marcou

49 presença na mesa de debates); Presidente da Comissão de Saúde Assembleia  
50 Legislativa do Estado de Minas Gerais. O vice-presidente pontuou que motivo da  
51 convocação desta pauta no plenário do Conselho deve-se a uma demanda da  
52 Comissão de Reforma Psiquiátrica, a fim de ampliar o debate, cuja justificativa foi  
53 reafirmada pela Secretária Geral do CES, que fez ainda um breve histórico do  
54 processo de construção das políticas de saúde mental no Estado de Minas Gerais,  
55 lembrando que o controle social do SUS sempre deliberou pela luta antimanicomial,  
56 mas que vem ocorrendo destinação de recursos para o Programa Aliança Pela Vida,  
57 e que a Resolução CESMG n 010/2016 que aprovou da Política Estadual de Saúde  
58 Mental apresentou dentre outras, a recomendação de “*Que a Secretaria Estadual de*  
59 *Saúde se comprometa a reduzir gradualmente a participação das entidades privadas,*  
60 *não aditivando ou renovando os contratos/convênios existentes*”. Passando-se a fala  
61 para Verônica, representante do Fórum Mineiro de Saúde Mental (FMSM), esta  
62 realizou a leitura de uma carta, assinada por várias representações do movimento da  
63 luta antimanicomial. Passando-se a fala para o Promotor de Justiça, Bruno Alexander  
64 o mesmo se colocou a disposição para ouvir as demandas, e se inteirar do assunto, e  
65 justificou antecipadamente que necessitaria retirar-se da plenária antes do fim, em  
66 virtude de outros compromissos, mas coloca o MP aberto para dialogar com o controle  
67 social do SUS. **Fala procurador da República**. Foi sugerido que a carta lida pela  
68 representante do FMSM seja amplamente divulgada. Aberto espaço para  
69 manifestação da plenária, foram apresentadas questões no sentido: a) como o  
70 Governo Federal, Estadual e Municipal, fecham parcerias com unidades que estão na  
71 ilegalidade; b) divulgação dos excelentes trabalhos desempenhados pelas unidades  
72 públicas como CERSAM, Centro de Convivência e RAPs, que são espaços de  
73 acolhimento tanto do usuário dos serviços de saúde mental, quanto para seus  
74 familiares, sendo que o tratamento aos usuários vem de encontro ao proposto pelo  
75 movimento da luta antimanicomial. “O tratamento aberto é uma conquista da reforma  
76 psiquiátrica e entende que não é necessário entrar outra forma de assistência”; c)  
77 defenderam que todos os serviços de saúde mental devem ser públicos; d) importância  
78 da atuação conjunta com o Ministério Público de Direito a Saúde e não no âmbito do  
79 direito, e) o assunto tratado é complexo e por isso é importante o envolvimento dos  
80 vários atores envolvidos – fala do Dr. Bruno do MP/MG; f) sobre a importância e  
81 necessidade dos debates sobre droga serem realizados no âmbito da saúde assim  
82 como sobre a descriminalização do uso de drogas deve ser um tema ampliado (fala  
83 Dr. Gregório da OAB); G) sobre a importância do controle social do SUS fiscalizar os  
84 recursos destinados para ações dos serviços de saúde mental, principalmente àqueles  
85 destinados à unidades terceirizadas. H) não reconhecimento por parte dos  
86 movimentos da luta antimanicomial das comunidades terapêuticas, pois entende que  
87 o tratamento dos usuários com sofrimento mental deve ser feito em liberdade; i) da  
88 importância e necessidade de respeitar e cumprir as diretrizes aprovadas nas  
89 conferências de saúde mental, e que conferência de álcool e drogas não respeitam as  
90 decisões da conferências de saúde mental, uma vez que foi aprovado a RAPS e não  
91 comunidades terapêuticas que não são sinônimo de clínicas; j) foi questionado o  
92 porque não houve diálogo antecipado com o controle social e da importância de  
93 defender que a rede psicossocial seja do SUS; k) foi ressaltado que o Plano Estadual  
94 de Saúde 2016/2019 não houve aprovação de diretrizes para repasse de recursos  
95 para comunidades terapêuticas, é importante seguir as diretrizes do SUS, constantes  
96 na Lei 8080/90, de que os serviços contratados devem ser complementares e não os

97 principais na rede SUS; l) importância do controle social identificar que muitas  
98 questões da saúde são colocadas como calamidade pública para justificar repasses  
99 financeiros públicos para unidades privadas, é o caso tratamento das pessoas  
100 usuárias de drogas dentro das comunidades terapêuticas, e não em unidades próprias  
101 do SUS. M) Que as práticas das comunidades terapêuticas são higienistas, e não  
102 possuem a equipe multidisciplinar para atuar nos princípios e diretrizes do SUS. O  
103 Rubens Silvério (conselheiro estadual de saúde de Minas Gerais – usuário-FADEMG)  
104 informou que em Curvelo tem comunidades terapêuticas. Uma foi fechada, por  
105 questão de condições sanitárias e outra funciona adequadamente. Pontua que o Dr.  
106 Bruno ainda está em dúvida, mas o Ministério Público Federal já tem a posição assim  
107 como o Conselho Nacional de Saúde, que já se posicionou contrário à não destinação  
108 de recurso para unidade privada. Solicita ainda, que o Ministério Público encaminhe e  
109 apoie que a SESMG no sentido desta ser a gestora do Fundo Estadual de Saúde de  
110 MG. O Ouvidor da FUNED/MG, Paulo Venâncio Carvalho esclareceu que não basta  
111 votar diretrizes na conferência, é necessário deliberar nos conselhos de saúde.  
112 Questionou sobre qual é o valor atual dos recursos públicos do Estado de Minas Gerais  
113 que vem sendo destinado para setor filantrópico. Sugere que seja realizada uma  
114 audiência pública com os vários envolvidos para ampliar o debate, devendo ser  
115 enviadas provocações ao poder Judiciário, legislativo e Comissão sobre Drogas da  
116 ALMG. De forma geral, manifestaram na discussão representantes do Fórum Mineiro  
117 de saúde Mental, Frente Mineira sobre Drogas, representantes de usuários e familiares  
118 dos serviços de saúde mental de BH (CERSAM-Centro de Convivência, CMS-BH,  
119 Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Advogados do Brasil; Eduardo  
120 Araújo (conselheiro estadual de saúde representante do Morhan), Rógers Carvalho  
121 (PSIND-MG); Cristiane (Rede saúde mental Itaúna – CRP Comissão Saúde Mental);  
122 Gláucia Teixeira (conselheira estadual trabalhadora - CRES-MG), Ana Marta (Frente  
123 Mineira de Reforma Psiquiátrica); Tarcísio (usuário): Paulo Chaves (conselheiro  
124 estadual de saúde representante de usuários Fórum Mineiro de Saúde Mental),  
125 Ederson Alves da Silva (CU, Lourdes Aparecida Machado (CRP/MG). Denilson  
126 Gonçalves (conselheiro estadual de saúde – usuário - representante da FADEMG)  
127 denunciou a situação precária do CAPS no município de Sabará e solicita apoio do  
128 CES-MG por meio da sua Comissão Estadual de Reforma Psiquiátrica. Repassada a  
129 palavra para o Chefe de Gabinete da SES/MG **Lisandro Almeida**, este pontuou que  
130 quando a demanda do edital de credenciamento de Comunidades Terapêuticas  
131 chegou até o secretário Estado e Saúde, o mesmo mandou publicar o edital, pois ainda  
132 não tinha conhecimento da decisão do CESMG. Contudo, ao verificarem as  
133 recomendações contidas na Resolução CESMG 010/17, no sentido de não haver novo  
134 credenciamento, a publicação do edital foi suspensa. Lembrou da existência da LEI  
135 22460, DE 23/12/2016 - Estabelece diretrizes para o atendimento prestados pelas  
136 comunidades terapêuticas no Estado, sancionada pelo Governador do Estado. A  
137 Secretaria Estadual de Saúde apresentou à ALMG uma nota técnica apresentando  
138 questionamentos à lei, uma vez que a porta de entrada dos serviços não seria o SUS,  
139 contudo, os recursos seriam do SUS/Estadual. Pontuou que existe uma pressão da  
140 ALMG para aprovar os projetos para comunidades terapêuticas. Reforça a importância  
141 da atuação do controle social do SUS e demais movimentos populares junto ao  
142 legislativo para suspensão da lei. Registra que a SES/MG não tomará nenhuma  
143 posição sem respeitar a resolução do CESMG nº 010/16. Lembrou ainda que a SES  
144 não tem autonomia de gerenciamento dos recursos financeiros da saúde, que

145 atualmente encontram-se sob a responsabilidade da Secretaria de Planejamento e  
146 Secretaria de Estado da Fazenda. Como cidadão, fala que observa o investimento  
147 para rede pública é menor do que para rede privada. A rede SUS está subfinanciada.  
148 Reafirma o respeito aos conselhos de saúde e movimentos sociais. Pontua que será  
149 necessário ampliar a discussão da forma como será encaminhada. Ederson  
150 questionou ao chefe de gabinete se o posicionamento da SES é de acatar a resolução  
151 010/17. Lisandro pontua que ainda não existe um posicionamento, pois existe leis e é  
152 necessário ampliar o debate junto com a ALMG. Camila Moreira (3ª secretária do  
153 CESMG – representante da Gestão da SESM) esclareceu que não haverá um novo  
154 edital de credenciamento de comunidades terapêuticas. Marcos (Assessor do  
155 Gabinete) Deputada Marília Campos pontua que o mandato do deputado tem pautado  
156 resolver as questões pelas vias legais, mas reconhecem a importância da mobilização.  
157 Informa que o gabinete da deputada está disposto a realizar uma visita junto com os  
158 movimentos sociais ao secretário de saúde para dialogar sobre a questão. Propõe  
159 ainda a realização de uma audiência pública para debater a temática. Marcos pontua  
160 que já atuou na comunidade terapêutica, que conhece a metodologia, que utiliza é da  
161 punição ou recompensa, contraditório aos princípios e diretrizes do SUS. Pontua que  
162 é necessário discutir amplamente a descriminalização das drogas. Roberto (usuário  
163 da Saúde Mental, Álcool e outras drogas) e conseguiu superar o vício de drogas a  
164 partir do apoio da rede SUS. CERSAM – Centro de Convivência, defende cuidado por  
165 redução de danos. Declamou um poema e agradeceu a Silvia (Gerente do Centro d  
166 Convivência – César Campos pelo trabalho desenvolvido. Outra usuária endossou a  
167 fala do usuário. Felipe de Melo Lopes (mestre em psicologia pela URSJ) informou  
168 sobre o trabalho de mestrado na área da psicologia, publicado recentemente,  
169 referente ao projeto “Aliança pela Vida” a dissertação foi defendida pela Universidade  
170 Federal de São João Del Rei, e pode ser consultado no link, [www.ufsj.edu.br/mestrado](http://www.ufsj.edu.br/mestrado).  
171 pois entende que o trabalho pode contribuir para discussões sobre o assunto. O chefe  
172 de Gabinete da SESMG, Lisandro Carvalho precisou ausentar-se da Mesa. Roges  
173 Carvalho (PSind-MG) lembrou que estão discutindo algo que já foi aprovado pelo CES.  
174 O Procurador da República, Afonso Vitor Fleury Teixeira (Ministério Público Federal)  
175 reafirmou a importância dos movimentos sociais, controle social do SUS para  
176 fortalecer as discussões e não permitir a aprovação do edital de credenciamento de  
177 comunidades terapêuticas. O Promotor de justiça Dr. Bruno Alexander precisou  
178 retirar-se antes do final dos debates. Após manifestação dos presentes, o Vice-  
179 presidente, Ederson apresentou os encaminhamentos a serem feitos a partir das  
180 discussões: 1) Garantir o poder deliberativo do CES, com acatamento da Resolução  
181 010/2016; 2) Solicitar audiência pública na comissão de participação da saúde, direitos  
182 humanos, saúde e a comissão de reforma psiquiátrica e outros atores envolvidos na  
183 discussão; 3) O CES-MG encaminhará solicitação ao Ministério Público Federal para  
184 uma audiência pública para tratar sobre o assunto; e o M.P. Convocar uma audiência  
185 a Mesa Diretora, Defensoria Pública. Gláucia: Pontuou que Marília Campos se dispôs  
186 articular a decisão. 2) Solicitar reunião com o Governador e Secretário de Estado da  
187 Saúde. 3) Encaminhar a Resolução do CES-MG com nota apresentada ao Executivo  
188 e Legislativo. Propõe (Procurador) que é importante que a promotoria de justiça faça  
189 formação para o controle social e divulgar. Se coloca à disposição para controle social.  
190 Lourdes agradeceu a presença de todos e alegria de potencializar o controle social,  
191 movimento da luta antimanicomial. Nessa discussão houve a presenças dos seguintes  
192 movimentos:

193

194

195 2) PONTO: 5. 16h30 - **Aprovação das atas da 510ª Reunião Ordinária (14/03/2017),**  
196 **525ª Reunião Ordinária (19/02/2018); 95ª Reunião Extraordinária 26/02/2018** – O  
197 vice-presidente lembrou que os conselheiros e conselheiras receberam as atas por e-  
198 mail, e submetendo-as em regime de votação, **as atas foram aprovadas sem**  
199 **nenhuma alteração.** 6. PONTO: Discussão e deliberação sobre a participação do  
200 Conselho Estadual de Saúde de Minas na 21ª. PLENÁRIA NACIONAL DE  
201 CONSELHOS DE SAÚDE, ENTIDADES E MOVIMENTOS SOCIAIS E POPULARES,  
202 a ser realizado em Brasília nos dias 04 e 05 de abril de 2018. O vice-presidente  
203 esclareceu que a Mesa Diretora apresenta uma proposta que visa distribuir as vagas  
204 de forma a contemplar a participação de representantes das treze regiões de saúde  
205 de Minas Gerais. A conselheira Adriana Fernandes Carajá (trabalhadora – Sindicato  
206 dos Enfermeiros/MG) e coordenadora da Câmara Técnica de Educação Permanente,  
207 sugere que também seja utilizado como critério para indicação os municípios que  
208 bancaram a participação de representantes nas Oficinas de Qualificação de  
209 Conselheiros e Conselheiras. O vice-presidente realizou a leitura da proposta de  
210 documento a ser encaminhado aos conselhos municipais de saúde. Após leitura  
211 Ederson lembrou sobre problemas na plenária de 2015, quando foram pagas diárias  
212 para os participantes houve problemas na prestação de contas, e até do pagamento  
213 de diárias para não conselheiros. Os conselheiros Daniel dos Santos (usuário-  
214 FAMEMG) e Erli Rodrigues (usuário- Morhan) pontuaram que caso representantes dos  
215 movimentos sociais não tenham ajuda de custo da CES/SES ficará difícil a  
216 participação dos mesmos pontou pagamento ou não de diária. Sugeriram que a SES  
217 e o CES garantam o custeio para conselheiros estaduais e representantes dos  
218 movimentos sociais. Já para os representantes dos CMS, caberá ao conselho  
219 municipal arcar com as despesas. 1ª) Proposta: Que CMS se banquem e o CES banca  
220 vagas para conselheiros estaduais e movimentos sociais (Erli). Nazaré Anjo dos  
221 Santos pontuou sobre a necessidade das agendas do CESMG e CNS estejam  
222 entrelaçadas. E que a forma de divulgação por parte do CNS deixa aberto prerrogativa  
223 do próprio CMS enviar direto seu representante. Manifestaram também sobre o  
224 assunto da forma de distribuição de vagas e forma de deslocamento, a conselheira  
225 Adriana Fernandes Carajá (trabalhadora – Sindicato dos Enfermeiros do Estado de  
226 MG). Após amplo debate, e esclarecimentos, o documento foi aprovado, e também  
227 aprovado que será destinando oito vagas para representantes dos movimentos  
228 sociais, com custeio por parte do CES e CES, e a forma de deslocamento até Brasília  
229 será por transporte terrestre. Texto, *Para: Conselheiro (a)s Estaduais, Conselhos Municipais de*  
230 *Saúde, Superintendências Regionais de Saúde, Movimentos Sociais e Populares de Minas Gerais.*  
231 *ASSUNTO: 21ª PLENÁRIA DE CONSELHOS DE SAÚDE, MOVIMENTOS SOCIAIS E POPULARES,*  
232 *DIA 04 E 05 DE ABRIL DE 2018 EM BR/DF. Prezados, Face ao comunicado do contido no Ofício-*  
233 *Circular nº 62/2018/SECNS/MS, que informa sobre a aprovação do Conselho Nacional de Saúde de*  
234 *realização da Semana da Saúde, no período de 02 a 08 de abril de 2018, que consiste em uma*  
235 *estratégia de mobilização para reafirmar a defesa do Sistema Único de Saúde, em seus princípios de*  
236 *integralidade, universalidade e equidade. Como parte integrante do calendário de atividades a serem*  
237 *realizadas na Semana da Saúde, será realizada a 21ª Plenária Nacional de Conselhos de Saúde,*  
238 *Entidades, Movimentos Sociais e Populares, nos dias 04 e 05 de abril de 2018, em Brasília – DF,*  
239 *local a ser confirmado. De acordo com o REGULAMENTO DA 21ª. PLENÁRIA NACIONAL DE*  
240 *CONSELHOS DE SAÚDE, ENTIDADES E MOVIMENTOS SOCIAIS E POPULARES. § 7º - O custeio*  
241 *das despesas com deslocamento, hospedagem e alimentação dos participantes da 21ª. Plenária*  
242 *Nacional de Conselhos de Saúde, Entidades e Movimentos Sociais e Populares são de*

243 responsabilidade de suas entidades de origem. § 8º - O Conselho Nacional de Saúde não custeará  
 244 despesas com deslocamento e, hospedagem, bem como, alimentação, fora do local do evento e  
 245 traslado em Brasília. Diante do exposto a Plenária do CESMG em sua 526ª reunião ordinária, realizada  
 246 no dia 19/03/2018, aprovou a participação de delegação de Minas Gerais observando os pontos que se  
 247 seguem: 1. Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais garantirá somente o deslocamento por  
 248 transporte terrestre de Belo Horizonte/Brasília/Belo Horizonte, com saída dia 03/04/2018 às 20h00  
 249 (ponto de partida a definir) e retorno no dia 05/04/2018 após o evento; 2. Serão responsabilidades dos  
 250 Conselhos municipais de saúde: a) Garantir o deslocamento do seu representante do município  
 251 de origem até Belo Horizonte, e retorno de Belo Horizonte para município de origem, após retorno de  
 252 Brasília/DF; b) Subsídios para alimentação e hospedagem no percurso para Belo Horizonte e durante  
 253 todo o evento em Brasília/DF, bem como traslado em Brasília; 2.1. Serão responsabilidade das  
 254 Entidades e Movimentos Sociais e Populares a) Garantir o deslocamento do seu representante do  
 255 município de origem até Belo Horizonte, e retorno de Belo Horizonte para município de origem, após  
 256 retorno de Brasília/DF. a) O CESMG garantirá ajuda de custo aos participantes dos movimentos  
 257 sociais e populares para custeio de alimentação e hospedagem. A prestação de contas junto ao  
 258 CES/SESMG deverá ser enviada conforme orientações que serão dadas aos participantes, no ato da  
 259 confirmação de participação no evento. b) Somente poderão enviar inscrições de representantes  
 260 entidades e/ou movimentos sociais e populares que não possuem assento na atual gestão do CESMG.  
 261 3. Em caso de região (ões) que tiverem número de inscrição maior que o número de vagas, terá  
 262 prioridade o município que teve participação em alguma formação promovida pelo CESMG do período  
 263 de 2017 até a presente data; 4. Os Conselhos Municipais de Saúde e Entidades e Movimentos Sociais  
 264 e Populares deverão enviar (CONFORME PLANILHA EM ANEXO) impreterivelmente até às 18h00 do  
 265 dia 23 de março de 2018, as inscrições dos representantes, para e-mail  
 266 conselhoestadualdesaudemg@saudemg.gov.br. NÃO SERÃO ACEITAS INSCRIÇÕES FORA DO  
 267 PRAZO OU PLANILHA QUE ESTEJAM COM INFORMAÇÕES INCOMPLETAS. Segue quadro com o  
 268 número de vagas: AS VAGAS SERÃO DISTRIBUIDAS DE FORMA PARITÁRITÁRIA 50% USUÁRIO,  
 269 25% TRABALHADORES, 25% GESTOR/PRESTADOR/FORMADOR. REGIÃO Nº DE VAGA; 01  
 270 CENTRO 20; 02 CENTRO SUL 08; 03 JEQUITINHONHA 04; 04 LESTE 04; 05  
 271 LESTE DO SUL 04; 06 NORDESTE 04; 07 NORTE; 08; 08 OESTE 04; 09 SUDESTE  
 272 08; 10 SUL 08; 11 TRIANGULO NORTE 04; 12 TRIANGULO SUL 04; CESMG 08;  
 273 MOVIMENTOS SOCIAIS 08 - TOTAL 96. As distribuições das vagas foram tomadas como base o  
 274 número de vagas da 1ª CEVS-MG. Segue anexo a programação da 21ª. PLENÁRIA NACIONAL DE  
 275 CONSELHOS DE SAÚDE, ENTIDADES E MOVIMENTOS SOCIAIS E POPULARES. Foi realizada  
 276 votação de representantes PARA PARTICIPAR DA 21ª PLENÁRIA NACIONAL DE CONSELHOS,  
 277 sendo nomeados os seguintes conselheiros: Participantes da Plenária: Erli, Claudete, Bela,  
 278 Daniel (usuários); Trabalhadores (Eva e Ione) e Gestor (Rogério). 3. PONTO: Retirada de um  
 279 representante de usuário e um representante de trabalhador para participar da Oficina  
 280 DIESAT/MG que acontecerá nos dias 11 e 12 de abril de 2018, em Belo Horizonte.  
 281 Para participar do referido evento, apresentaram nome os conselheiros, Daniel dos  
 282 Santos (usuário – FAMEMG), Denilson Gonçalves (usuário- FADEMG) e Ione Martins  
 283 Fortunato (trabalhadora- Sintsprev-MG). Os nomes foram referendados pelo plenário.  
 284 PONTO: – Retirada de representantes do segmento de usuários (titular e suplente)  
 285 para representar o CESMG no Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de  
 286 Previdência do Estado de Minas Gerais - CEP/IPSEMG, conforme requerimento  
 287 apresentado ao CESMG pela coordenação do CONEP/IPSEMG, em 14/03/2018.  
 288 Atualmente o representante no Comitê é o conselheiro Estadual Daniel dos Santos e  
 289 Aline Pacheco (usuária AMAPEM), que apresentou em seu interesse em ser  
 290 reconduzido, e o nome foi referendado pelo plenário. 5. A conselheira Adriana  
 291 Fernandes Carajá, cobrou a realização da reunião do Comitê Integral de Saúde do  
 292 Indígena, do qual ela foi indicada para participar mas ainda não houve reunião. O vice-  
 293 presidente do CESMG informou que a assessoria de comunicação do CESMG fará  
 294 uma matéria com os participantes do Fórum Social Mundial. Maria Nazaré informou  
 295 sobre visita realizada no Hospital João XXIII no dia 07/03/2018, quando foram  
 296 identificados pelos conselheiros e conselheiras presentes com vários problemas

297 identificados com elevadores que não estavam funcionando e um elevador ficou  
 298 parado, com porta fechada, por vários minutos com um havia um paciente em estado  
 299 grave dentro. Assim, a visita foi interrompida e foi solicitado imediatamente uma  
 300 reunião com a o Presidência da FHEMIG e do Hospital. Ressalta que verifica que o  
 301 hospital está em estado crítico, e durante o encontro com a diretoria do hospital, o  
 302 diretor daquela unidade, solicitou o nome da trabalhadora que falou sobre o elevador  
 303 parado, mas que os conselheiros entenderam que poderiam repassar pois o  
 304 trabalhador poderia sofrer retaliações. Dessa forma, ressalta e entenderam que as  
 305 próximas visitas não poderão ser comunicadas às unidades visitadas. O trabalhador  
 306 do hospital Sofia Feldman, Adriano informou que o Hospital Sofia Feldman, recebeu  
 307 os R\$ 1,3 milhões destinados para o hospital, conforme declarado na reunião do  
 308 CESMG de fevereiro de 2018, mas os funcionários não receberam seus salários dos  
 309 trabalhadores não receberam. Diante do exposto, o vice-presidente sugere manter  
 310 discussão sobre Hospital Filantrópico no Plenário do CES. 3) A conselheira estadual  
 311 e coordenadora da Câmara Técnica de Educação Permanente, Adriana Fernandes  
 312 Carajá solicita que o CESMG pautar a Portaria Programa de Formação Técnica para  
 313 Agentes de Saúde (PROFAGS) e a Portaria GM 3.194, de 28 de novembro de 2017.  
 314 PONTO: O conselheiro do CMS-Contagem solicitou uma agenda com o CESMG para  
 315 tratar questões referentes à saúde pública no referido município e questões do cms.  
 316 Nada mais havendo para ser tratado, a reunião foi encerrada às 18h10', quando foi  
 317 lavrada a presente ata, que após lida e aprovada pelo plenário do CESMG será  
 318 assinada pelo vice-presidente e primeiro secretário do CONSELHEIROS  
 319 PRESENTES: **Adriana Fernandes Carajá** (titular – trabalhadora SEE/MG); **Bela**  
 320 **Ramalho** (usuária- Coletivo BIL); **Cristina das Graças Godoy** (usuária- ARELA -  
 321 Associação Regional de Esclerose Lateral Amiotrófica de MG); **Camila Moreira**  
 322 **Castro** (titular – gestora - SESMG); **Claudete Liz de Almeida** (titular – usuária-  
 323 UGT/MG); **Cyntia M<sup>a</sup> dos Anjos Fonseca** (Titular prestador FHEMIG); **Daniel dos**  
 324 **Santos** (usuário - suplente FAMEMG); **Danúbia Fernandes Pereira** (suplente -  
 325 trabalhadora CRF/MG); **Dayane Santos** (usuária suplente- FETAEMG); **Ederson**  
 326 **Alves da Silva** (titular-usuário – CUT/MG); **Erlí Rodrigues da Silva** (titular-usuário  
 327 Morhan/MG); **Eduardo Araújo de Souza** (titular- usuário - MOHAN) e **Denilson**  
 328 **Gonçalves** (suplente); **Eva Alípio Da Silva** (trabalhador suplente  
 329 **SINDSAUDE/MG**); **Farley Sindeaux Ribeiro** (titular-trabalhador COREMG) e **Elânia**  
 330 **dos Santos Pereira** (suplente); Flávia Cristine M.L. Catão (titular – SINMED/MG);  
 331 Felipe Ferré e **Maria da Penha de Oliveira** (titular e suplente-usuário- CNBB-Leste)  
 332 **Gislene Gonçalves dos Reis** (Titular –usuária – UMPP/MG); **Gláucia de Fátima**  
 333 **Batista** e **Priscila Victória Rodrigues Fraga** (Titular e suplente– trabalhador -  
 334 CREESMG); **Heron Ataíde Martins** (trabalhador suplente– CRO-MG); **José do**  
 335 **Carmo Fonseca** (Titular-prestador SINDHO/MG); **José Pereira de Souza** (Titular-  
 336 usuário FADEMG); **Lourdes Aparecida Machado** (Titular-trabalhadora CRP/MG);  
 337 **Otávio Martins** (Suplente- gestor SEPLAG); **Lisandro Carvalho de A. Lima** (titular  
 338 gestor- SESMG); **M<sup>a</sup> Nazaré Anjo dos Santos** (Titular-usuária FADEMG); Marília Ap.  
 339 Oliveira (T); **Sandra Issida Gonçalves** (usuária titular- MAVAC - ASSOCIAÇÃO  
 340 MINEIRA DO AVC) e **Maryane Rodrigues Ferreira** (usuária suplente – ABRALLE);  
 341 **Paulo dos Reis Braga** (Titular – usuário - FMSM); Pedro Israel Da Cunha (usuário-  
 342 titular CNBB- Leste); **Rogério de Matos** (prestador – COPASA); **Romélio Rodrigues**  
 343 **Lima** (titular- trabalhador – SINTSPREVMG) e **Ione Martins Fortunato** (suplente);  
 344 **Rubens Silvério** (titular – usuário FAMEMG). JUSTIFICARAM: **Djalma de Paula**



345 **Rocha** (Titular-usuário – CUT/MG); **Renato Almeida de Barros** (trabalhador – titular  
346 SINSAUDE). Esta reunião contou ainda com a presença de representantes das  
347 seguintes entidades: CERSAMA/AD Nordeste/ SMSA-BH, Centro de Convivência  
348 Pampulha/SMSA-BH, Fórum Popular, SMSA-BH, Superintendência Regional de  
349 Saúde de BH, Gerência Regional de Saúde de Ubá, UAI, CMS, FMSM, Morf. Tref. SM,  
350 ASSUSSAM, CERSAM-N, CAPSAD Itaúna, Ministério Público Federal, SM/SMSA,  
351 Pastoral de Rua, CAPSAD Rib. Das Neves, Conselho Regional de Psicologia de MG,  
352 Fac. Pitágoras, ESP-MG, FMSM/CERP, Cersam ADP, Cersam-P, VAT-  
353 Adulto,NASF(N-Serrama),CAPS 2, Saúde Mental Confins, CERSAMI-NE,C.C. César  
354 Centro de Convivência César CAMPOS, Consultório de Rua Centro Sul, Ministério  
355 Público de Minas Gerais, Sind Saúde, Saúde Mental Itaúna, CMT, Instituto DH, C.  
356 Conviv PBH, C. ??? BH, CMT FHeMIG, Assessoria da Deputada Estadual Marília  
357 Campos, RESMulti FHEMIG IBS, IRS Residente TO, MG/MOSF, C.R. Oeste, Câmara  
358 Municipal, CNBB, Saúde Mental de Rib. Das Neves, REDEPICS, RT, SAS-SM  
359 Contagem, SUS-BH, CCUN, ONG Terceira Margem, Centro de Convivência Venda  
360 Nova, MPF/PRDC, MESA EST. SUS, PBH-MTSM/BH, COSEMS. Belo Horizonte,  
361 dezenove de março de dois mil e dezoito. Ata lavrada por Eleciania Tavares da Cruz  
362 (Secretária Executiva- CESMG).